



Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento

Becoming-rhizome: rampage in the knowledge organization and representation

Rodrigo de Sales*

RESUMO

Considerando que os aportes que subsidiavam teoricamente os sistemas de organização do conhecimento normalmente se amparam em perspectivas que consolidam visões estruturalistas, a fim de controlar e formalizar representações do conhecimento, ensaiamos neste artigo um possível limiar para organização e representação do conhecimento, baseado nos conceitos de devir e de rizoma definidos pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Tendo como horizonte a ideia de contemporaneidade de Giorgio Agamben, buscamos valorizar a potência dos devires e a intempetividade dos rizomas em prol de uma organização do conhecimento menos previsível e menos determinista. Alicerçado por um exercício de reflexão teórica, concluímos em defesa da realização de rizomas em oposição aos instrumentos já conhecidos e/ou praticados pela organização do conhecimento.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Representação do Conhecimento; Rizoma; Devir; Sistemas de Organização do Conhecimento.

ABSTRACT

Considering that the theoretical contributions that support knowledge organization systems usually rely on perspectives that consolidate structuralist approaches, to control and formalize knowledge representations, we elaborate in this article a possible opening for a knowledge organization and representation based on the concepts of becoming and rhizome developed by Gilles Deleuze and Félix Guattari. Based on the idea of contemporaneity by Giorgio Agamben, we seek to value the power of the becoming and the intempetivity of rhizomes in favor of a less predictable and deterministic knowledge organization. Supported by an exercise of theoretical reflection, we conclude in favor of rhizomes as opposed to systems already known and/or practiced in knowledge organization field.

Keywords: Knowledge Organization; Knowledge Representation; Rhizome; Becoming; Knowledge Organization System.

INTRODUÇÃO E CONTEXTO

A questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo.

* Doutor em Ciência da Informação. Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Centro de Ciências da Educação - Campus Universitário Trindade - Florianópolis/SC, Brasil - 88010-900 - Telefone: (048) 3721-3553. E-mail: rodrigo.sales@ufsc.br.

São inúmeras as abordagens possíveis para se tentar compreender o desenvolvimento da organização do conhecimento, considerando que o esforço de se organizar o conhecimento acompanha a atividade intelectual humana desde tempos e espaços impossíveis de precisar. No atual contexto da organização do conhecimento, esses esforços são concretizados nos chamados sistemas de organização do conhecimento (SOCs). Os SOCs são, segundo Bräscher e Café (2010), instrumentos que representam um dado domínio de conhecimento por meio da formalização sistemática de relações semânticas de conceitos. O termo “sistemas de organização do conhecimento” foi proposto no âmbito do Networked Knowledge Organization Systems Working Group, em 1998, e se refere ao conjunto de instrumentos voltados à organização para a representação do conhecimento, tais como sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, taxonomias, vocabulários controlados, tesouros, mapas conceituais, redes semânticas e ontologias (HODGE, 2000). Todos esses instrumentos possuem o objetivo precípua de representar conhecimentos para fins de recuperação da informação. Por isso, inserem-se naquilo que podemos chamar de perspectiva instrumental da organização do conhecimento.

No entanto, o rol instrumental da organização do conhecimento que, segundo Bräscher e Café (2010), consistem em representações formais do conhecimento, são, via de regra, subsidiados por orientações teóricas das mais variadas perspectivas, tais como perspectivas vindas da filosofia, da linguística, da teoria da classificação e da psicologia, como encontrado em trabalhos de Campos (2001), Café (2003), Sales e Café (2009), Fujita et al. (2009), Gracioso e Saldanha (2011), entre outros. A viabilização tecnológica para a elaboração desses instrumentos de organização do conhecimento se aproxima de áreas como a ciência da computação, a engenharia da computação, a inteligência artificial, os sistemas de informação etc., dando efetivamente contornos a um espaço investigativo multidisciplinar.

No presente artigo, interessa-nos especificamente lançar o olhar para perspectivas teóricas que embasam a concepção instrumental da organização do conhecimento. Em outras palavras, interessa-nos explorar alguns fundamentos teóricos voltados à representação do conhecimento, uma vez que tomamos como pressuposto a ideia de que os instrumentos de organização do conhecimento consistem em formas de representação do mesmo. Entretanto, cabe destacar que nosso foco estará voltado tão somente para algumas perspectivas filosóficas, atendo-nos a alguns conceitos que podem ajudar a ampliar a discussão sobre a representação do conhecimento.

A construção de sistemas de classificação, por exemplo, desde a segunda metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, vem se apoiando em perspectivas filosóficas de autores que acreditavam ser possível conceber uma classificação universal do conhecimento. A dialética empirista concebida por Francis Bacon (no século XVII) e a dialética racionalista-idealista de Georg W. F. Hegel (alavancada em meados do século XIX), por exemplo, serviram de base para a elaboração de classificações bibliográficas repercutidas internacionalmente, tais como a Classificação de Livros de Harris (1870), a Classificação Decimal de Dewey (1876), a Classificação da Library of Congress (1901) e a Classificação Decimal Universal (1906) [EATON, 1959; LEIDECKER, 1946; LA MONTAGNE, 1961, COMARONI, 1976; WIEGAND 1996, 1998; OLSON, 2001, 2011]. Em resumo, podemos afirmar que a organização do conhecimento concebida pelos sistemas de classificação vem, ao longo dos anos, reproduzindo perspectivas

universalistas e idealistas que correspondem a visões de mundos de tempos passados.

Consideramos que o desenvolvimento tanto dos tradicionais sistemas de classificação quanto das sofisticadas ontologias ancora-se em abordagens teóricas predefinidas que, por sua vez, refletem um modelo epistemológico preestabelecido. Assim como as relações dos assuntos nos sistemas de classificação são definidas previamente por uma perspectiva teórica e seus desdobramentos são preestabelecidos por cânones e princípios, as possibilidades de inferências das ontologias são igualmente determinadas por axiomas que operam como sentenças verdadeiras. Embora o avanço proporcionado pelas tecnologias de informação tenha promovido um aumento exponencial nas possibilidades de relacionamentos conceituais nos diferentes instrumentos, notamos que todos eles operam com base em definições e relações preconcebidas. Para que uma ontologia, por exemplo, infira algumas instâncias como resposta a uma busca de informação, é necessário que algum axioma seja predefinido por seus criadores. Ou seja, suas possíveis relações de conceitos, embora altamente sofisticadas do ponto de vista tecnológico, operam, assim como nas classificações, nas taxonomias e nos tesouros, de maneira previamente definida. A preconcepção das estruturas dos atuais instrumentos de organização do conhecimento reflete uma cultura *arborescente* que raramente consegue escapar dos estereótipos ou do caráter de previsibilidade da organização e representação do conhecimento.

É possível afirmar que o formalismo rígido e o (pré)determinismo característicos desses instrumentos são reflexos de um pensamento ocidentalizado-estruturalista-hegemônico que dá lugar a formas rigidamente hierárquicas, centralizadoras e, por vezes, despóticas. Não cometeríamos aqui o deslize de afirmar que tal postura teórica não tenha, nos últimos dois séculos, resolvido e avançado questões práticas importantes de representação e organização do conhecimento. No entanto, gostaríamos, mesmo que forçosamente, de lançar mão de outras possibilidades teóricas que escapem e que tumultuem as já consolidadas formas de representar e organizar o conhecimento. Desse modo, o objetivo aqui proposto é especular alternativas teóricas menos estruturantes e menos previsíveis para o desenvolvimento instrumental da organização e representação do conhecimento.

Para tanto, lançaremos mão de uma perspectiva pós-estruturalista permitida pelos conceitos de “devir” e de “rizoma”, definidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari, tomando como plano de fundo a ideia de *contemporaneidade* de Giorgio Agamben. Trata-se, assim, de um exercício de experimentação teórica que tem como abordagem metodológica a concepção de um ensaio, que visa colocar em relevo algumas críticas e reflexões filosóficas a respeito da organização e representação do conhecimento.

Vale destacar que na área da ciência da informação, trabalhos como os de Mostafa (2010, 2012, 2013), Mostafa e Cruz (2009), Mostafa, Amorim e Sousa (2014) já vêm aderindo às perspectivas mais pós-estruturalistas pelos vieses dos pensamentos de Deleuze e Guattari para ampliar o debate epistemológico tanto da organização do conhecimento como da filosofia da informação, muitas vezes criando e operando novos conceitos para os campos informacionais. Já Miranda (2007) e Miranda e Miranda (2013) têm experimentado o conceito de rizoma como elemento-chave para propor possibilidades complementares às tradicionais classificações bibliográficas.

Experimentar alternativas que questionem o *modus operandi* e as bases consolidadas de um espaço investigativo notadamente marcado pelo determinismo das ideias

estruturalistas parece ser um dos desafios colocados à organização e à representação do conhecimento do século XXI.

CONTEMPORANEIDADE: TEMPO OU COMPORTAMENTO?

Considerando que organizar e representar conhecimento numa sociedade líquida (BAUMAN, 2001) e complexa (MORIN, 2015) não se limita a seguir formas preconcebidas, propomos aqui experimentar uma forma alternativa para se pensar a representação do conhecimento. Em outras palavras, o que buscamos são novas possibilidades teóricas, de modo a respirarmos ares menos sufocantes e menos idealizados, desprendermo-nos, mesmo que momentaneamente, das tradicionais estruturas, dando vez ao móvel, ao imprevisível, ao incerto, às linhas de fuga, aos afetos e às imperfeições.

Quando o filósofo alemão Arthur Schopenhauer foi categórico ao afirmar “o mundo é minha representação” (SCHOPENHAUER, 2005), embora acreditasse em alguns aspectos universais que envolvessem a representação intuitiva e a representação abstrata, parece ter dado ao pensamento ocidental a “anomalia” que nos faltava, ou seja, o incômodo de termos de reconhecer que os sistemas universalizantes experimentados desde Aristóteles até Bacon e Hegel, ainda fortemente presentes em nossa cultura, passariam a dividir o protagonismo com a ideia de que o pensamento e, conseqüentemente, o conhecimento, é relativo. O pensador francês Émile Durkheim parece ter dado especial importância a esse relativismo quando afirmou que as categorias do pensamento se modificam de forma definitiva no tempo e no espaço (BURKE, 2003).

No campo da ciência da informação, Olson (2001) já destacou o fato de os sistemas classificatórios vigentes até hoje no mundo ocidental serem ainda dependentes da rigidez hierárquica e da lógica de diferenciação pautada exclusivamente no binômio semelhança-diferença, que, na tentativa de promoverem formas universais de representação do conhecimento, acabam ignorando questões culturais fundamentais, como, por exemplo, o fato de que semelhanças e diferenças podem variar radicalmente em culturas distintas. A autora, de certo modo, coloca-nos diante do desafio de criar formas de representação do conhecimento que escapem das já consolidadas e notadamente limitadas noções ocidentais de hierarquização e diferenciação, evidenciando a necessidade de se criar instrumentos que respeitem o relativismo cultural.

Essa perspectiva de Olson (2001) converge com ideia de Mai (2011), para quem, num contexto de modernidade tardia, o trabalho do classificacionista deveria se aproximar mais da realidade social contemporânea, que, por sua vez, está cada vez mais afastada das armadilhas dos universalismos rígidos.

Outra tentativa de se desvencilhar da tônica estruturalista e determinista proporcionada pelos esquemas classificatórios que vigoram na cultura ocidental é encontrada nos trabalhos de García Gutiérrez (2007, 2018), em que o autor procura alavancar o conceito de desclassificação. Aderente à perspectiva pluralista da sociedade contemporânea e crítico severo da lógica hierárquica na qual nos inserimos, García Gutiérrez (2007) traz em sua desclassificação a alternativa de reconhecermos e aceitarmos a lógica da contradição em nossas representações conceituais.

Provavelmente, o trabalho mais declaradamente empenhado em combater o engessamento estrutural das formas de representação do conhecimento na área da

ciência da informação atualmente seja o livro de García Gutiérrez publicado em 2007, intitulado *Desclassificados: pluralismo lógico y violència de la clasificación*. Nele, o autor propõe uma contraposição à epistemologia classificatória dominante no Ocidente, apresentando um modelo alternativo para se pensar as representações conceituais, que o autor denominou de epistemografia. Podemos afirmar que o fio condutor desse novo modelo, que se vê na obrigação de compreender ou, ao menos, de aceitar os relativismos e as mobilidades culturais, é o princípio da contradição. Para García Gutiérrez (2007), a contradição não significa mera oposição, em que um conceito tem de ser necessariamente negado por seu oponente, como na relação pura e simples do claro-escuro, na qual uma coisa ou é clara ou é escura. A contradição, segundo o autor, abriga também relações que podem ser complementares em vez de excludentes, como, por exemplo, o dia pode estar claro e ao mesmo tempo estar escuro se observado de outra maneira. Com a lógica pluralista e com o princípio da contradição, o autor parece querer abrir espaço para afirmações que não obedecem às lógicas determinísticas preestabelecidas pelo pensamento hierárquico arborescente. Assim, dá lugar a um modelo que não necessariamente nega a existência das classificações orientadas pela epistemologia dominante, mas promove a existência incômoda de uma desclassificação orientada pela epistemografia, ou seja, orientada por um modelo teórico-metodológico mais móvel, mais plural e mais condizente com a heterogeneidade cultural do cenário atual.

Não nos parece descabido afirmar que o modelo epistemográfico de García Gutiérrez guarda fortes relações com o aspecto cartográfico (mapear) do rizoma de Deleuze e Guattari (2014), uma vez que ambos parecem querer contemplar o caráter móvel, indefinido, sem contornos nítidos, marcadamente plural e em constante construção das relações possíveis.

Todas essas perspectivas, que tornam justas as buscas por representações mais plurais e mais condizentes com a sociedade atual, encontram espaço de interlocução na contemporaneidade definida por Agamben (2009). Para o filósofo italiano, ser contemporâneo não consiste necessariamente em aderir às coisas de seu tempo ou se revestir dos traços que o identifica como pertencente ao seu tempo, mas sim lançar luz àquilo que seu tempo ainda não iluminou. Ser contemporâneo, para Agamben (2009), consiste em buscar incessantemente o não vivido, aquilo que foi ofuscado pelas luzes do presente – o inédito. Consiste em criar possibilidades ainda não experimentadas.

Os instrumentos de organização do conhecimento, ainda hoje, refletem e dão forma àquilo que já foi apresentado e determinado como possível para o universo da representação do conhecimento. Essa determinação do possível ancorada por lógicas já experimentadas pelo pensamento estruturado e demasiadamente hierarquizado, conforme vimos, já foi denunciada por Olson (2001) e Mai (2010), e rechaçada por García Gutiérrez (2007, 2018) em sua proposta de desclassificação. Do ponto de vista filosófico, os conceitos de “devir” e de “rizoma” de Gilles Deleuze e Félix Guattari se apresentam como plano teórico propício para a busca de novos horizontes e novas possibilidades de pensamento. É possível, assim, visualizar um aspecto convergente entre o relativismo cultural, o pluralismo lógico, a desclassificação e a abordagem rizomática: todos, de certo modo, buscam o ineditismo da contemporaneidade enunciada por Agamben. Se ser contemporâneo é experimentar o não experimentado, é buscar o não vivido, valer-nos-emos dos citados conceitos de Deleuze e Guattari para escaparmos daquilo que já foi experimentado e vivenciado pela organização do conhecimento.

UMA LEITURA SOBRE O DEVIR

Se tomarmos como verdade a ideia de Schopenhauer de que a vontade é mais importante que o conhecimento, como afirmou Russell (1947), não é descabido inferir que Deleuze e Guattari, por meio do conceito de devir, estão entre os pensadores que levaram mais a sério a potência da vontade e dos afetos. Para Zourabichvili (2004), o devir de Deleuze e Guattari é o conteúdo do próprio desejo. No entanto, vale examinar um pouco mais de perto como os citados pensadores operaram tal conceito.

Proveniente do latim *devenire* – chegar –, o conceito de devir parece ter se consolidado na filosofia como correspondente ao “tornar-se”, ao “transformar-se”, tendo como provável origem o pensamento de Heráclito que, no século VI a.C., defendeu a ideia de que no mundo nada era permanente, com exceção à mudança e à transformação. Entretanto, diferentes interpretações relativas ao devir foram experimentadas na filosofia ocidental, tal como a de Hegel, para quem o devir estaria essencialmente marcado pelos conflitos de oposição que dariam lugar a uma síntese dialética (INWOOD, 1997). A negação existente entre o ser e o não ser seria a base do devir (transformar) hegeliano.

Contudo, o devir de Deleuze e Guattari não segue, como o devir hegeliano, movimentos lógicos ou sequências predeterminadas. O devir dos dois filósofos franceses parece se aproximar um pouco mais da ideia nietzschiana que, embora localize o devir no conflito, retira-o do domínio da síntese. Segundo Martins (1993), o devir de Nietzsche se dá mediante a diferenciação e a separação gerada no conflito, que opera uma espécie de jogo, onde o opositor se faz imprescindível. De maneira semelhante, o devir deleuze-guattariano diz respeito aos encontros dos diferentes, ao acontecimento com o outro que gera o outrem. Se em Nietzsche o devir é fruto de conflitos que geram diferenciações, podemos dizer que em Deleuze e Guattari o devir é fruto do encontro que abre espaço para o limiar de algo muitas vezes imperceptível. “O devir diz respeito a uma produção de diferença, que estende outros rumos para a vida, e não se reduz às concepções de reação, de contraposição e de negação” (BARBOSA, 2010, p. 83). Observa-se que os caracteres de separação e diferenciação são comuns nos devires tanto de Nietzsche quanto de Deleuze e Guattari, e os resultados dos devires não são previsíveis.

“Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação [...] devir não é progredir nem regredir segundo uma série” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 18). De forma contundente, os autores se afastam da lógica estruturalista que procura explicar fenômenos e coisas de modo sistemático, normativo e seriado.

Devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O devir é sempre de uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança. Se a evolução comporta verdadeiros devires, é no vasto domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 19)

Além de se distanciarem das razões estruturalistas, os autores se afastam também da perspectiva evolucionista pautada na relação genealógica de filiação. Como de praxe no pensamento de Deleuze e Guattari (2002, 2014), o interesse está voltado às possibilidades de rompimentos, desterritorializações, imprevisibilidades, mobilidades, linhas de fuga, velocidades, afetos e incertezas.

Entrar no campo do devir é estar sempre compondo em nossos corpos algo de inusitado a partir do encontro com o outro, embarcando constantemente em possíveis linhas de fuga desterritorializantes [...] Partindo dessa ideia, é afirmar que cada sujeito pode ser definido por uma lista de afetos e devires, quer dizer, ele é, por si só, uma multiplicidade de acontecimentos que nunca cessam de assediá-lo e de gerar efeitos diferenciados em sua vida (DOREA, 2002, p. 104).

O devir opera numa espécie de vizinhança entre indivíduos, onde ninguém imita e nem se torna o outro, mas se torna alguma coisa que não o era antes, e que somente se realiza no encontro com o outro. Isto é, o devir dá existência a algo antes não existente, dá existência a outrem. O encontro de A com B faz existir algo que não é nem A, nem B, nem A+B, mas sim um devir que envolve A e B. Uma garota brincando com um esquilo pode acarretar em um devir garota-esquilo, e isso não significa a garota imitar e/ou se transformar em esquilo, tampouco o esquilo imitar e/ou se transformar em garota, mas, tão somente, um devir entre ambos, inexistente antes de tal encontro.

A diferença se presentifica no devir e impossibilita que o processo seja uma pura e simples repetição invariável de formas, ou seja, a presença da diferença no devir não o conduz a um ato de transformar-se no outro, mas sim, a um movimento de tornar-se outrem, sempre na sua diferença (BARBOSA, 2010, p. 82-83).

É importante frisar que o devir em Deleuze e Guattari, pressupõe a relação recíproca com o outro, e tal acontecimento não envolve apenas dois, mas sim quatro, conforme define Zourabichvili (2004):

[...] todo devir forma um “bloco”, em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se “desterritorializam” mutuamente. Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a “faz fugir”. A relação mobiliza, portanto, quatro termos e não dois, divididos em séries heterogêneas entrelaçadas: x envolvendo y torna-se x', ao passo que y tomado nessa relação com x torna-se y'. Deleuze e Guattari insistem constantemente na recíproca do processo e em sua assimetria (p. 24-25).

Portanto, o devir garota-esquilo, exemplificado mais acima, dá lugar a uma garota-outrem e a um esquilo-outrem, possíveis apenas no encontro entre ambos.

Para explorarmos um pouco mais esse conceito filosófico que pretendemos trazer para a organização do conhecimento, consideramos ser necessário explanar, mesmo que brevemente, um pouco a respeito do princípio de multiplicidade. Quase tudo que opera no pensamento de Deleuze e Guattari opera em multiplicidade e consiste, na maior parte das vezes, em acontecimentos. Com a ideia de devir não é diferente. Entendendo que o devir é uma espécie de desdobramento da diferença, ele acontece em uma zona de vizinhança, de fronteira e de co-presença. E essa zona fronteira de acontecimentos não obedece a uma lógica estrutural, apenas reconhece a conexão heterogênea de uma multiplicidade de afetos. Deleuze e Guattari (2002) explicitam bem essa ideia de multiplicidade ao discorrerem a respeito do devir-animal. Segundo os autores, um devir-animal lida sempre com “uma matilha”, “um bando”, “uma população”, “um povoamento”, ou seja, com uma multiplicidade.

A sociedade e o Estado precisam das características animais para classificar os homens; a história natural e a ciência precisam das características para classificar os próprios animais. O serialismo e o estruturalismo ora graduam características segundo suas semelhanças, ora as ordenam segundo suas diferenças [...] Mas não nos interessamos pelas características; interessamo-nos pelos modos de expansão, de propagação, de ocupação, de contágio, povoamento (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 20).

Os autores se valem da ideia de matilha e contágio para contraporem a visão evolucionista de filiação, para se oporem à lógica de produção e reprodução dadas em uma concepção hereditária. Interessa a eles aquilo que escapa, que perturba, que surpreende, ou seja, a aspereza da anomalia. Deleuze e Guattari operam tais termos, pode-se dizer, para dar destaque às linhas de fuga que provocam a desterritorialização. São esses ingredientes filosóficos que dão existência ao devir, à diferenciação ocorrida como consequência do encontro dos diferentes.

E a organização e representação do conhecimento com isso tudo? Vamos aqui experimentar uma ideia. Já expomos que as bases teóricas que fundamentam a elaboração dos sistemas de organização do conhecimento parecem dar formas cada vez mais consistentes a uma epistemologia hegemônica pautada em lógicas rigidamente estruturalistas que, no caso das classificações, fortalecem visões idealistas e universalistas. A categorização aristotélica, a narrativa baconiana, a dialética hegeliana e a facetagem ranganathiana fizeram dos sistemas classificatórios dispositivos instrumentais capazes de refletir um mundo ideal e universal para a representação do conhecimento. Embora este último, Ranganathan, tenha aberto espaço para uma postura mais metodológica ao fazer classificatório, instrumentalizando os classificacionistas e classificadores a identificarem e operarem facetas diversas em assuntos diversos, o mesmo não conseguiu se desvencilhar da armadilha de conceber uma rígida “espinha dorsal” construída com base em classes principais de assuntos predefinidos. Além do mais, não resistiu à ideia de predefinir cânones e princípios para os possíveis desdobramentos conceituais.

No caso dos sistemas verbais, tais como as taxonomias, os vocabulários controlados, os tesouros e as ontologias (cujas concepções normalmente são guiadas por teorias vindas da linguística, da terminologia, da teoria do conceito, das ciências cognitivas etc.), o propósito se distribui ora em realizar um controle terminológico em prol de uma recuperação da informação mais precisa, ora em modelar domínios de conhecimento para os mais variados fins. Nesse sentido, mesmo ao se lançar mão de abordagens mais alternativas, como no caso da teoria comunicativa da terminologia, da socioterminologia, da gramática funcional ou da teoria dos sistemas, faz-se isso para se obter mais precisão e mais controle. Aliás, tais instrumentos fazem isso com muito êxito.

Não pretendemos, de modo algum, diminuir a importância e o papel fundamental que esses sistemas de organização do conhecimento cumprem no contexto da organização da informação. Tampouco intentamos virar as costas para o fato de que o mundo profissional e social espera dos cientistas da informação o desenvolvimento de instrumentos precisos e eficazes. Queremos tão somente trazer novas possibilidades teóricas para o contexto instrumental da organização e representação do conhecimento. Queremos arriscar a contemporaneidade de Agamben. Em outras palavras, queremos dar vez ao não vivido, ao não experimentado. Não queremos substituir os instrumentos vigentes, queremos apenas dar lugar ao ineditismo, ao inusitado, ao intempestivo, numa tentativa de estarmos mais próximos da

multiplicidade de afetos e sentidos que somos. Queremos escapar dos formalismos previamente demarcados pelos atributos e características que predizem os termos e suas relações.

Entendemos que para se experimentar esse fazer contemporâneo é preciso se desterritorializar, é preciso reconhecer a potência das linhas de fuga, dos ruídos, dos tumultos, dos afetos, enfim, reconhecer a potência dos devires, ao invés de tentar neutralizá-los ou de fingir que os mesmos não existem. Mas reconhecer a potência dos devires é reconhecer algo bastante cruel à organização e representação do conhecimento, pois teremos de reconhecer que há algo que não pode ser capturado pelos sistemas, reconhecer a força de algo indescritível, móvel, múltiplo e indomável. Teremos ainda de reconhecer que existe uma transformação-acontecimento que não podemos codificar, muito menos controlar e manipular. Até aqui, podemos tão somente nomear: devir.

Mas se estamos no *plano* da organização e representação do conhecimento, como, do ponto de vista instrumental, podemos reconhecer a potência do devir? Como podemos acolher a indeterminação que ele traz? Como lidar com seu caráter assistemático em um *plano* marcado pelos sistemas? Mesmo não encerrando essas questões, gostaríamos de propor como possibilidade teórica a abordagem rizomática.

ABORDAGEM RIZOMÁTICA PARA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

É importante sublinhar novamente que contribuições de Deleuze e Guattari já vêm sendo trabalhadas na área da ciência da informação em estudos como os de Mostafa (2010, 2012, 2013), Mostafa e Cruz (2009), Mostafa, Amorim e Sousa (2014), Benevenuto, Silva e Mostafa (2015), Mostafa e Manini (2017), que têm lançado mão da filosofia de Deleuze e Guattari para ampliar as discussões epistemológicas da ciência da informação e da filosofia da informação. Miranda (2007), Miranda e Miranda (2013), por sua vez, têm se respaldado no conceito de rizoma para repensar os aportes metodológicos da organização do conhecimento, especialmente nos que se referem às classificações bibliográficas. Nossa proposta busca trazer para o plano da organização e representação do conhecimento a possibilidade de se desenvolver rizomas do conhecimento.

O rizoma de Deleuze e Guattari (2014) é uma metáfora para a concepção de uma nova abordagem epistemológica que pode servir tanto à filosofia, à política e à sociologia, quanto à linguística, à psicanálise e à educação. Neste ensaio, buscamos trabalhar o potencial da abordagem rizomática para repensar e ampliar o debate sobre a organização do conhecimento. Trata-se, em linhas gerais, de uma tentativa de romper com os modelos organizacionais vigentes que refletem estruturas hierarquizadas e hierarquizantes, que, por sua vez, dão contornos nítidos ao pensamento arborescente ocidental, pautado na centralidade e nos determinismo prévios.

Para escapar das previsíveis relações hierárquicas e das limitadas bifurcações representadas nas relações dicotômicas, Deleuze e Guattari (2014) tomam de empréstimo da botânica o termo rizoma para nomear a nova abordagem epistemológica por eles criada. O termo se refere a hastes subterrâneas que crescem para qualquer lado e tomam as mais variadas formas de maneira imprevisível. A grama é um bom exemplo de rizoma, assim como os bulbos e os tubérculos. Segundo

Deleuze e Guattari (2014, p. 22), “O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos”. De antemão, percebemos na abordagem rizomática uma negação à previsão, tanto no que se refere às formas quanto no que diz respeito às ligações (conexões).

Deleuze e Guattari (2014) enumeram algumas características aproximativas do rizoma:

1 e 2 – “Princípios de conexão e de heterogeneidade: qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 22). Os elementos de um rizoma podem pertencer a diferentes grupos semióticos, não se prendendo exclusivamente ao signo linguístico. Podem se conectar elementos muito diversos, como linguísticos, perceptivos, mímicos, gestuais e cognitivos, bem como elementos das mais variadas áreas, como das artes, das ciências, da política e da biologia em uma ou em várias cadeias semióticas. O rizoma, diferentemente da árvore, é antigenealógico (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

3 – Princípio de multiplicidade: “[...] somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto [...] uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 23). Para os autores, a inexistência de uma unidade que sirva como pivô ou como elemento centralizador é uma característica marcante do rizoma. Trata-se de uma multiplicidade em constante movimento e transformação. O rizoma possui tão somente determinações, grandezas e dimensões que se modificam ao crescerem.

4 – Princípio de ruptura assignificante: “Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 25). Todo rizoma possui linhas de segmentaridades que dão forma a estratificações, territorialidades, organizações, significados e atribuições, mas é rompido por linhas de desterritorialização que escapam constantemente. O rizoma não tem nem início nem fim, ele apenas se move e ganha velocidade por meio de linhas de fuga e de movimentos de desterritorialização e desestratificação. Isso não significa dizer que não haverá no rizoma articulações, segmentaridades, estratos e territorialidades, porém esses se moverão constantemente por meio de conexões e rompimentos imprevisíveis.

5 e 6 – Princípio de cartografia e de decalcomania: diferentemente da árvore ou da raiz-pivotante ou fasciculada (representações metafóricas de Deleuze e Guattari para relações centralizadas e dicotômicas), o rizoma não é decalque, é mapa.

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 30).

Assim como o mapa, o rizoma tem múltiplas entradas e múltiplas saídas. Provavelmente, a comparação que Deleuze e Guattari fazem entre o rizoma e o mapa se refere ao caráter de construção e reconstrução constantes, ou seja, à característica de não fechamento de ambos. Diferentemente do ato de decalcar, em que os contornos se fecham e dão formas definitivas, o “mapear” respeita a não previsibilidade da experiência real.

Deleuze e Guattari (2014) avançam suas críticas também ao campo da informática. Para os autores, a informática nada mais faz que reproduzir a lógica arborescente e o formalismo das hierarquias, na medida em que confere poder a uma memória organizada que opera como uma espécie de órgão central. Nesse sentido, nem mesmo o universo das máquinas consegue escapar do primado das estruturas hierárquicas, do privilégio da lógica arborescente e da preponderância de uma organização centralizada. Entretanto, vale ponderar que tal crítica remete à virada da década de 1970 para 1980, época em que a obra dos autores foi publicada pela primeira vez. Não seria o caso de verificarmos se a informática nos dias de hoje tem condições de acolher experimentos menos previsíveis e centralizadores? O que a inteligência artificial teria para nos dar de novidade no que se refere às experiências de representação do conhecimento?

Consideramos que todo desafio lançado, em maior ou menor medida, gera algum tipo de tumulto ou deslocamento àquele que foi desafiado. Entendemos que o grande desafio que se coloca agora à organização e representação do conhecimento é experimentar a contemporaneidade (mas a contemporaneidade ao modo Agamben), ou seja, é buscar incessantemente o inédito, o não vivido, aquilo que nosso tempo ainda não deu luz e/ou sequer experimentou.

No ramo da inteligência artificial, por exemplo, dispomos hoje de abordagens como aprendizado de máquina (*machine learning*), redes neurais artificiais e aprendizado profundo (*deep learning*). O aprendizado de máquina, segundo Rezende (2003), tem como objetivo desenvolver técnicas computacionais sobre o aprendizado e construir sistemas capazes de adquirir conhecimento de forma automática. Basicamente, um sistema de aprendizado consiste em um programa computacional que toma decisões baseado em experiências acumuladas por meio de soluções bem-sucedidas de problemas anteriores. Para Géron (2017), o aprendizado de máquina é a ciência de programação de computadores que permite máquinas aprenderem com os dados. O autor afirma que o aprendizado de máquina se trata do “campo de estudo que dá aos computadores a capacidade de aprender sem ser explicitamente programado” (SAMUEL apud GÉRON, 2017, p. 4, tradução nossa). Em linhas gerais, o aprendizado de máquina consiste na abordagem que possibilita programas de computadores aprenderem sem programações prévias, ou seja, aprender por meio de resultados obtidos de um processo que envolve experiências, tarefas e desempenhos.

Dentro do contexto de aprendizado de máquina, encontramos ainda a abordagem de redes neurais, que operam dentro daquilo que é hoje conhecido como aprendizado profundo. Para Ferneda (2006), as redes neurais artificiais buscam implementar modelos matemáticos que se inspiram em estruturas biológicas e conseguem desenvolver programações capazes de “adaptar os seus parâmetros como resultado da interação com o meio externo, melhorando gradativamente o seu desempenho na solução de um determinado problema” (FERNEDA, 2006 p. 25).

O que se revela é um contexto em que programas são dotados da capacidade de aprender e se adaptar de acordo com experiências e interações com o meio externo dos usuários. Nesse sentido, mesmo sem aprofundarmos a discussão tecnológica, percebemos um espaço de possibilidades concebido pela inteligência artificial. Um espaço perfeitamente capaz de trabalhar relações entre objetos e conceitos sem o estabelecimento prévio de conexões pautadas em características, atributos ou qualquer outro tipo de ordenação. Um espaço que se aproxima muito mais do imprevisível do que das confirmações de expectativas. Um espaço cujas estruturas já não são mais estruturas, mas sim formas móveis e nunca acabadas, pois estarão em constante movimento e construção; construção colaborativa, plural e indefinida.

Se as possibilidades trazidas pelo aprendizado de máquina, por exemplo, permitem formas indeterminadas de relações entre objetos digitais, estamos próximos da concretização de rizomas. Retomando os princípios do rizoma, entendemos, de maneira provisória, que o aprendizado de máquina pode sim conceber rizomas:

1 e 2 – *Princípios de conexão e de heterogeneidade*: um computador dotado por uma programação de aprendizado de máquina permitirá conexões entre objetos digitais heterogêneos.

3 – *Princípio de multiplicidade*: objetos provenientes de cadeias semióticas distintas e suas relações incessantes formam multiplicidades.

4 – *Princípio de ruptura assignificante*: a máquina é capaz de aprender as relações estabelecidas sejam elas quais forem, não descartando incertezas, ruídos, brechas e/ou linhas de fuga.

5 e 6 – *Princípio de cartografia e de decalcomania*: o aprendizado constante da máquina está pautado na experiência e no uso que se faz do programa, a fim de mapear relações que podem alterar constantemente. A experiência do aprendizado de máquina é uma espécie de cartografia de relações estabelecidas por usuários.

Diante disso, podemos ver no aprendizado de máquina um atalho para a construção de rizomas. Se as exigências para ser rizoma são conectividade, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia, arriscamos dizer que a abordagem de aprendizado de máquina as atende potencialmente.

Desse modo, o desafio está em aproximar definitivamente a organização e representação do conhecimento das abordagens da inteligência artificial, especialmente do aprendizado de máquina. O desafio está em criar *rizomas do conhecimento* em vez de sistemas de organização do conhecimento.

Mas para que possamos alcançar o mínimo de credibilidade em nosso provocativo desafio, sentimos a necessidade de unir as ideias aqui levantadas em prol da abordagem instrumental da organização do conhecimento, de modo a propor rizomas como possibilidades de representações do conhecimento.

Tocante ao devir, que é real, mas também imperceptível, o rizoma, definitivamente não o captura, assim como nenhum sistema de organização do conhecimento o faz. O rizoma sequer é capaz de identificar os mais variados devires. Ele apenas se faz como resultado de múltiplos devires. Ele reconhece a potência motriz que existe em cada devir e simplesmente os acolhe, numa multiplicidade de conexões imprevisíveis. A intempestividade do devir dá vez ao caráter mais marcante do rizoma: a indeterminação. Mas esta indeterminação é real, é consequência de conexões reais feitas por indivíduos reais que operam conceitos reais. Em resumo, o rizoma é em si mesmo um desdobramento de devires. Se o devir é o desdobramento dos encontros e dos afetos, é o limiar de um acontecimento, o rizoma é a abertura de espaço para o devir, é uma multiplicidade de conexões que respeita os devires.

Diferentemente dos sistemas de organização do conhecimento, que definem previamente as conexões entre os pontos (termos, conceitos e objetos), com base em características e atributos que formam classes, subclasses e demais aglomerados, o rizoma simplesmente conecta, e seu foco não está nos pontos conectados, mas sim nas linhas que conectam, no movimento de expansão, de contágio. E como todo contágio, trata-se de uma proliferação indefinida, horizontal e colaborativa. As relações de conceitos, assuntos, imagens, objetos passam a ser realizadas sem axiomas, sem cânones, sem predefinições, apenas se harmonizam num jogo de devires reais harmonizados com o que somos, pensamos e agimos. O rizoma não é

construído por um classificacionista ou organizador do conhecimento, mas sim por vários usuários em interação com a máquina, que, por sua vez, irá inferir numa multiplicidade móvel e inacabada de objetos e relações, pois estará permanentemente em construção.

Gostaríamos, assim, de opor aos sistemas de organização do conhecimento os rizomas do conhecimento. Se é verdade que já dispomos de programas da inteligência artificial que viabilizam experiências não supervisionadas por ideias centrais ou por axiomas predefinidos, por que não utilizarmos tais programas para uma experiência inédita de organização e representação do conhecimento? Por que não construirmos rizomas em vez de sistemas?

Entendemos que as formas pelas quais nos habituamos a organizar e representar conhecimentos não nos são inerentes, como a tradição do pensamento arborescente nos levou a crer. Se as sociedades ocidentais se amparam e buscam segurança nas organizações e representações rigidamente estruturadas, deve-se, a nosso ver, a um acultramento sustentado pelo discurso de um progresso direcionado pelo controle, pela regularidade, pela previsibilidade das relações. Tamanha é a força desse pensamento cultivado, que nos coloca, há milênios, na crença de que categorizar, classificar, hierarquizar, dicotomizar e rotular são os únicos caminhos possíveis para se relacionar com o mundo. Coloca-nos no fatalismo do “encaixotamento” sistemático e na inevitável formatação das coisas e das ideias, ignorando as incertezas e as indefinições que são muito mais reais e estão muito mais próximos da mente humana. A constatação das fendas sinápticas na comunicação neural, feita há tempos, pela neurociência, já afastou a ideia de que o pensamento humano é sistematicamente estruturado ou linearmente associativo. A comunicação neural que viabiliza o pensamento é antes de tudo probabilística, e onde há probabilidade há indefinição.

É função das comunidades científicas, especialmente aquelas ligadas à organização do conhecimento, proporcionar às sociedades uma crítica que questione os modelos hegemônicos que forjam, não sem o reconhecido êxito da eficiência e da eficácia, uma forma de existência e de convivência baseada exclusivamente na rigidez e na (pré)determinação das estruturas. Questionar o estruturalismo no qual nos inserimos não é negar os ganhos que o mesmo promoveu em tempos anteriores, mas sim mirar outras paisagens, arriscar e experimentar a contemporaneidade.

Em última análise, o que propomos é o relacionamento sem previsões. É o acolhimento dos devires. É a incerteza do rizoma. Se há relações entre objetos, conceitos, ideias, imagens etc., pouco importa a estrutura, pois já há organização do conhecimento. A ênfase deleuze-guattariana dada ao “acontecimento” que rompe, escapa, inicia e transforma, operada pelos conceitos de devir e de rizoma, foi a nossa escolha para arriscar uma fala pós-estruturalista na organização do conhecimento do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício ensaístico apresentado neste texto teve como propósito especular possibilidades alternativas menos rígidas e menos previsíveis para se pensar os aspectos instrumentais da organização e representação do conhecimento. Explorando um pouco os conceitos de devir e de rizoma, chegamos à conclusão de que eles são capazes de ampliar o debate relativo à construção instrumental da

organização do conhecimento e conceber formas de representação ainda não experimentadas.

Inspirados pela concepção de contemporaneidade de Agamben, entendemos que a abordagem rizomática de Deleuze e Guattari, por contemplar os movimentos intempestivos que surgem por meio de devires, linhas de fuga, brechas e deslizos, ou seja, elementos que desterritorializam os terrenos já consolidados da organização do conhecimento, pode vir a ser uma abordagem nova e desafiadora para a construção de representações do conhecimento. A ideia é que o tumulto (real) causado pelos devires não seja mais neutralizado nos instrumentos de organização e representação do conhecimento. A ideia é que não forjemos mais estruturas idealizadas. Ousamos assim afirmar: deixemos um pouco de lado os sistemas de organização do conhecimento e façamos rizomas do conhecimento. A conectividade, a heterogeneidade, a multiplicidade, a ruptura assignificante e a capacidade de cartografar, exigidas pelo rizoma, podem ser possíveis se prestarmos mais atenção às possibilidades hoje propiciadas pela inteligência artificial, especialmente às que se referem ao aprendizado de máquinas.

Artigo recebido em 05/07/2018 e aprovado em 10/10/2018.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BARBOSA, M. O conceito de devir a partir da filosofia da diferença. In: COLÓQUIO FILOSOFIA E LITERATURA: fronteiras, 2., 2010, São Cristóvão. *Anais...* São Cristóvão, SE: Grupo de Estudos de Filosofia e Literatura, Universidade Federal de Sergipe, 2010. p. 82-99.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENEVENUTTO, F. E.; SILVA, M.; MOSTAFA, S. P. A repercussão de Gilles Deleuze na Ciência da Informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 2, 2015.

BRASCHER, M; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (Org.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2010.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAFÉ, L. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dick. In: FAULSTICH, E; ABREU, S. P. de. (Org.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasil e Canadá*. Porto Alegre: NEC, Instituto de Letras, UFRGS, 2003. p. 59-82.

CAMPOS, M. L. A. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Rio de Janeiro: Eduff, 2001.

COMARONI, J. P. *The eighteen editions of the Dewey Decimal Classification*. Albany, NY: Forest Press Division, Lake Placid Education Foundation, 1976.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1730 – Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: _____. *Mil platôs*. Tradução de Ana Lúcia de Oliverira. São Paulo: Ed. 34, 2002. v. 4. p. 11-113.
- _____. Introdução: Rizoma. In: _____. *Mil platôs*. 2. ed. Tradução de Ana Lúcia de Oliverira, Arélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2014. v. 1, p. 17-49.
- DOREA, D. Gilles Deleuze e Felix Guattari: heterogênesse e devir. *Margem*, São Paulo, n. 16, p. 91-106, dez. 2002.
- EATON, T. The development of classification in America in the role of classification in the modern American library. Champaign, Illinois: University of Illinois, 1959.
- FERNEDA, E. Redes neurais e sua aplicação em sistemas de recuperação de informação. *Ci. Inf., Brasília*, v. 35, n. 1, p. 25-30, jan./abr. 2006.
- FUJITA, M.S.L. et al. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais* [online]. São Paulo: Ed. Unesp: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/boccatto-9788579830150.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- GARCÍA GUITIÉRREZ, A. L. *Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación*. Barcelona: Anthropos, 2007.
- _____. *Em pedazos: el sentido de la desclasificación*. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018
- GÉRON, A. *Hands-on machine learning with scikit-learn and tensorflow: concepts, tools, and techniques to build intelligent systems*. Beijing; Boston; Farnham Sebastopol; Tokyo: O'Reilly, 2017. E-book.
- GRACIOSO, L. de S.; SALDANHA, G. S. *Ciência da informação e filosofia da linguagem: da pragmática à web pragmática*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.
- HODGE, G. *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files*. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/1knowledge.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- INWOOD, M. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LA MONTAGNE, L. E. *American library classification: with special reference to the Library of Congress*. Hamden, CT: The Shoe String Press, 1961.
- LEIDECKER, K. F. *Yankee teacher: the life of William Torrey Harris*. New York: The Philosophical Library, 1946.
- MAI, Jens-Erik. The modernity of classification. *Journal of Documentation*, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.
- MARTINS, L. R. *Conflito e interpretação em Fellini: construção da perspectiva do público*. São Paulo: Edusp, 1993.
- MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais...* São Paulo: Ancib, 2007. Disponível em <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--341.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

MIRANDA, M. L. C. de.; MIRANDA, J. Organização e representação do conhecimento na web: desafios para a construção colaborativa de uma ontologia do samba. In: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. *Complexidade e organização do conhecimento: desafios do nosso século*. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 252-259. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 2).

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOSTAFA, S. P. Um banho de empirismo: de Hume/ Deleuze ao empirismo radical de Bruno Latour. *InCID: revista de ciência da informação e documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 161-181, 2010. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42311>>. Acessado em: 9 jun 2017.

_____. Charles Peirce, Gilles Deleuze e a ciência da informação. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 27-37, jan./abr. 2012. Disponível em <[file:///C:/Users/Rodrigo/Downloads/12509-19569-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rodrigo/Downloads/12509-19569-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. *Filosofia da diferença e a ciência da informação*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

MOSTAFA, S. P.; AMORIN, I. S.; SOUSA, L. M. A. e. Filosofia e discurso na ciência da informação: tessitura de encontros. *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 6-19, ago./fev. 2014. Disponível em <[file:///C:/Users/Rodrigo/Downloads/1489-2155-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Rodrigo/Downloads/1489-2155-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2017.

MOSTAFA, S. P.; CRUZ, D. V. da N. *Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari*. Campinas: Alínea, 2009.

MOSTAFA, S. P.; MANINI, M. P. Imagem, memória e informação: o bergsonismo na ciência da informação. *Revista Conhecimento em Ação*, v. 2, n. 1, p. 2-18, 2017.

OLSON, H. A. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. *Library Resources & Technical Services*, v. 45, n. 3, 2001.

_____. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. Tradução de Márcia Regina Silva. *InCID: revista de ciência da informação e documentação*, v. 2, n. 1, p. 3-15, 2011.

REZENDE, S. O. (Org.). *Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações*. Barueri: Manole, 2003.

RUSSEL, B. *Historia de la filosofía occidental*. Tradução de Julio Gómez de la Serna; Antonio Dorta. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1947. v. 1.

SALES, R; CAFÉ, L. Diferenças entre tesouros e ontologias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr./2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

WIEGAND, W. A. *Irrepressible reformer: a biography of Melvil Dewey*. Chicago: American Library Association, 1996.

_____. The Amherst Method: the origins of the Dewey Decimal Classification scheme. *Libraries & Culture*, v. 33, p. 175-194, 1998.

ZOURABICHVILI, F. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, 2004. Digitalização: Unicamp, Campinas. Disponível em <<http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.